

Sant'Anna chora, mas ainda crê na virada

Líder acusa "traidores" e diz que plenário pode anular opção pelos 4 anos

Ordem da votação influencia

CATARINA GUERRA
Da Editoria de Política

Não deu para esconder: com os olhos cheios de lágrimas, o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna tentou ainda manter-se firme, controlando ao mesmo tempo a emoção e o otimismo. Tanto assim que previu para o plenário da Constituinte a reversão de todo o quadro, que foi até agora amplamente desfavorável ao presidente José Sarney. Sua mulher, Fabíola, e os dois filhos, Claudio e André, foram para seu lado, enquanto outros constituintes procuravam consolá-lo. Theodoro Mendes, apoiado por Milton Reis, anunciava: Foi casuismo.

Ignorando também a presença de um grupo expressivo de assessores do Palácio do Planalto, que abordavam sem constrangimentos os constituintes, Sant'Anna comentou: "A história vai mostrar que as pressões aqui não foram do Governo". Na verdade, referia-se ao envio do governador Waldir Pires, o secretário extraordinário do governo da Bahia, Carlos Meireles, que também descontraindo sentava-se no plenário para cabalar votos pelos quatro anos.

Sant'Anna preferiu não ir ao Palácio do Planalto conversar sobre os resultados, alegando que o presidente José Sarney deveria estar tão magoado quanto ele. Foram as traições, certamente, já que eles não contavam com pelo menos cinco votos do grupo que optou pelos cinco anos.

Mais uma vez, ontem, o líder governista preferiu acusar o líder Mário Covas de ter montado um perfil da Comissão de Sistematização que não corresponde ao do plenário da Constituinte, na sua opinião, moderado. E com isso que se permite prever, ainda, uma vitória capaz de dar ao Presidente cinco anos de mandato e reinserir o sistema presidencialista no texto constitucional.

O parlamentarismo exauriu-se hoje, comentou Carlos Sant'Anna no momento em que o deputado José Genoíno (PT-SP) o abordava alegremente com o resultado de quatro anos. Sem perder a calma, virou-se para o colega paulista e recomendou: Comemore mesmo, pois o presidencialismo vem aí e você ganhou duas vezes.

Sant'Anna lembrou o resultado apertado da votação e disse que, na última hora, muitos votos mudaram, o que o surpreendeu. Ele não fez referência às pessoas, mas seus assessores acompanharam a votação e, pela acusação de traidores, deixaram claro que Sandra Cavalcanti, Michel Tamer, Nelson Carneiro, Francisco Dornelles e Celso Dourado podiam ter colaborado para a vitória dos cinco anos.

A liderança do governo fez de tudo para não ser outra vez derrotada. Como não existia emenda de cinco anos, optou pelo deputado José Egreja (PTB-SP), que garantiria ao presidente José Sarney quatro anos, nove meses e alguns dias de mandato. Sant'Anna saiu pelo plenário avisando a seu grupo da estratégia, enquanto outros tentavam ainda cabalar os votos dos indecisos. Logo no início da votação, ele previu que daria cinco anos com 50 votos, porque contava com gente da Bahia, que, no entanto, numa votação dentro da bancada, na véspera, optou pelos quatro anos.

A última cartada, era a declaração lida pelo presidente Afonso Arinos, de que o Presidente desejava o entendimento com os parlamentaristas. Tanto assim que Carlos Sant'Anna confirmou esta informação de Cid Carvalho, quando uma hora antes de começar a votação ele disse que haveria acordo. Não deu certo porque os quatro votos que eles esperavam conquistar permaneceram inalterados.

Governistas desanimaram

A irritação do "Comando" dos cinco anos de mandato após a derrota de sua tese só fluiu livremente quando os seus principais integrantes se reuniram, logo após a votação, no gabinete do líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço. Lá, alguns dos parlamentares mais ligados ao Governo queixaram-se de que não foram cumpridas as ameaças do Palácio do Planalto no sentido de considerar "inimigos" os adeptos da redução do mandato.

O que é que custava tirar um diretor? — protestava, muito exaltado, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), referindo-se aos rumores de que a ação de um dirigente de estatuto teria levado o deputado Sílvio Campos (PDC-GO) a apoiar o mandato de quatro anos.

O deputado Ricardo Fluzza (PFL-PE) foi um dos mais enfáticos na defesa dessa tese: — O Presidente tem que parar de tratar amigos e inimigos do mesmo modo. Isto me parece óbvio — disse, identificando "uma falha no desempenho do Governo em seu papel político".

No improvisado quartel-general pró-Sarney, o desabafo reuniu, por cerca de meia hora, além de Cardoso Alves, Lourenço e Ricardo Fluzza (PFL-PE), Luís Eduardo Magalhães e Eraldo Tinoco, ambos do PFL da Bahia, e Inocêncio Oliveira (PFL-PE). Fluzza admitiu aos colegas que o presidente da Frente Liberal, senador Marco Maciel, a quem respeitava como líder, poderia ter mudado seu voto, se tivesse procurado fazê-lo.

Quase todos esses parlamentares trabalharam com afinco pelos cincoanos e alguns deles



Lourenço, na tribuna

Presidencialistas prometem unir forças

"Agora nós vamos fazer um frente com o Sant'Anna para aprovar o presidencialismo", exultava o petista José Genoíno, depois da aprovação dos quatro anos. A união dos moderados presidencialistas com o PT e PDT, parlamentaristas programáticos, é uma realidade. Esta frente contará com forças importantes: o Governo, os governadores, os candidatos a presidentes e mais os constituintes que votam no presidencialismo declaradamente.

Para garantir o apoio dos governadores — muitos candidatos ao cargo — não se apresentava uma emenda garantindo que eles possam concorrer sem se desincompatibilizar. O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, admitiu ontem que a candidatura de Orestes Quércia nem precisará de um grande acordo.

Quércia poderia sair candidato, assumindo Almino Afonso em seu lugar deixando a disputa da sucessão paulista prática-

mente aberta para Covas, que olha com bons olhos esta composição. Ele já não desmente mais que não seja candidato à Presidência da República. E admite forte pressão no plenário para a reversão do sistema de governo.

REVERSÃO DE VOTOS

Reconheço que haverá pressões sobre o plenário, como houve até agora. Mas as forças a favor do presidencialismo serão as mesmas — disse o líder do PMDB. Com a esperada candidatura de Aureliano Chaves, o PFL deverá reverter os votos de cinco para quatro anos e os parlamentaristas em presidencialistas, conforme admite o líder Carlos Chafarelli.

Chafarelli vai mais longe. Ele acha que se houver um acordo entre os presidenciais notórios, sobre sistema de governo e tempo de mandato, a Constituinte aprovará o resultado desse entendimento com 80% dos votos.

Entre as alegações de Carlos Sant'Anna está a de que o perfil do plenário é amplamente contrastante com o da Sistematização. Ele também está certo de que já os presidencialistas são maioria, mas não passa de informações vagas, sem nunca ter mostrado sequer um dado corroborando este levantamento.

Contra a tese governista existem muitas adversidades, a começar pela dúvida de quem, realmente, dentro do Centrão, estaria disposto a um alinhamento incondicional com os interesses do Palácio do Planalto.

Afinal, muitos dos que assinaram a resolução pela mudança do Regimento já disseram que apenas desejam criar a oportunidade de emendar o texto nesta fase de plenário. Nada mais, nenhum compromisso. Além disso, caberá a quem discorda colocar no plenário os 280 votos capazes de derrubar o texto da Sistematização. Pelo menos essa é a regra vigente, que vem provocando protestos dos centristas.

Ontem, poucos integrantes da cúpula do Centrão estavam no Congresso além dos membros da Comissão de Sistematização. E neste primeiro grupo foram decisivos os votos pelos quatro anos, o que chegou a despertar a ira dos assessores da liderança do Governo. Com tantos compromissos paralelos a seus objetivos, certamente, o líder Carlos Sant'Anna dirá nos próximos dias como fará para mudar toda uma tendência que, ao contrário do que desejava, se consolidou contra suas metas e objetivos. Pressões, pelo que ficou apurado até esta altura, não funcionaram, muito menos a persuasão.

Embora o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, concentre suas esperanças de usar os 310 constituintes que assinaram o manifesto em favor da mudança do regimento interno — conhecido como Centrão — para reverter o quadro até aqui amplamente desfavorável ao Palácio do Planalto nas votações finais do plenário, isso poderá não acontecer.

Primeiro, um dos compromissos básicos dos centristas foi sempre e reiteradas vezes o de que mandato e sistema de governo não estavam em jogo para reunir o grupo. Isso, mais uma vez ficou provado ontem, quando alguns deles optaram pelos quatro anos para o presidente José Sarney, apesar das pressões e apelos de toda ordem.

MARCOS HENRIQUE



Sant'Anna ainda tenta convencer Virgildásio Senna. Entre eles, Egídio Ferreira Lima (4 anos) e Milton Reis (5)

União do Centrão é a esperança

RITAMARIA PEREIRA
Da Editoria de Política

A derrota de ontem do Governo pode acabar virando o jogo no plenário da Constituinte, no que diz respeito ao regime. Essa era a convicção ontem de muitos parlamentaristas, que, irritados, acreditavam estar o sistema de gabinete enterrado por antecipação. "Os quatro anos hoje acabaram definitivamente com o parlamentarismo", afirmou, frustrado, o deputado Cid Carvalho (PMDB/PA).

O principal articulador da "Operação Primavera" — de negociação com o Governo — era ontem um dos mais abertamente desanimados com a derrota dos cinco anos de mandato. Parlamentarista convicto, Cid Carvalho, fez de tudo para tentar convencer o presidente Sarney a aceitar a implantação do sistema de gabinete ainda durante seu governo como única forma de garantir o sistema de gabinete.

A negociação não deu em nada, não passou de "boas intenções". O Governo, por Cid Carvalho, foi o grande culpado da própria derrota ontem na Comissão, ao fechar as portas pa-

ra negociações. Não há mais espírito para parlamentarismo, segundo Cid, pois a partir de agora as campanhas presidenciais vão estar na rua e candidaturas firmadas como a de Brizola, do PDT, e Aureliano Chaves, do PFL, vão crescer e abafar qualquer perspectiva de parlamentarismo. Desanimado, Cid Carvalho negou qualquer reunião dos parlamentaristas para avaliação do quadro e concordou com a intervenção da mulher, que acompanhara a votação na Constituinte: "vamos agora é passear no zoológico..."

Outro parlamentarista frustrado ontem era o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB/PE), que sofreu fogo cerrado dos adeptos dos quatro anos por defender o voto pelos cinco anos como maneira de garantir o sistema de gabinete. Egídio esperou em vão um acordo de acordo por parte do Palácio do Planalto. Acabou votando pelos quatro anos e ontem, em tom fúnebre, sentenciava: "O Governo destruiu o sistema parlamentar".

Regime pode mudar só em 89

O parlamentarismo, se vencer no plenário, não deverá ser implantado em março do próximo ano, mas somente em janeiro ou março de 1989. O período seria indispensável para a votação de leis complementares e adaptação das Constituições estaduais, pelas respectivas Assembleias Legislativas. Foi o que informou ontem, à noite, um dos coordenadores do movimento parlamentarista, depu-

tado Pimenta da Veiga (MG), ex-líder do Governo e do PMDB. O substitutivo Cabral II prevê a implantação do parlamentarismo a partir de 15 de março de 1988. Os parlamentaristas concordaram com a advertência do senador Afonso Arinos, de que sua adoção imediata representaria sua sentença de morte, inclusive pelo início da campanha eleitoral e de candidatos presidencialistas.

Regime pode mudar só em 89

Sucessão ameaça Parlamentarismo

A derrota de ontem do Governo pode acabar virando o jogo no plenário da Constituinte, no que diz respeito ao regime. Essa era a convicção ontem de muitos parlamentaristas, que, irritados, acreditavam estar o sistema de gabinete enterrado por antecipação. "Os quatro anos hoje acabaram definitivamente com o parlamentarismo", afirmou, frustrado, o deputado Cid Carvalho (PMDB/PA).

O principal articulador da "Operação Primavera" — de negociação com o Governo — era ontem um dos mais abertamente desanimados com a derrota dos cinco anos de mandato. Parlamentarista convicto, Cid Carvalho, fez de tudo para tentar convencer o presidente Sarney a aceitar a implantação do sistema de gabinete ainda durante seu governo como única forma de garantir o sistema de gabinete.

A negociação não deu em nada, não passou de "boas intenções". O Governo, por Cid Carvalho, foi o grande culpado da própria derrota ontem na Comissão, ao fechar as portas pa-

ra negociações. Não há mais espírito para parlamentarismo, segundo Cid, pois a partir de agora as campanhas presidenciais vão estar na rua e candidaturas firmadas como a de Brizola, do PDT, e Aureliano Chaves, do PFL, vão crescer e abafar qualquer perspectiva de parlamentarismo. Desanimado, Cid Carvalho negou qualquer reunião dos parlamentaristas para avaliação do quadro e concordou com a intervenção da mulher, que acompanhara a votação na Constituinte: "vamos agora é passear no zoológico..."

Outro parlamentarista frustrado ontem era o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB/PE), que sofreu fogo cerrado dos adeptos dos quatro anos por defender o voto pelos cinco anos como maneira de garantir o sistema de gabinete. Egídio esperou em vão um acordo de acordo por parte do Palácio do Planalto. Acabou votando pelos quatro anos e ontem, em tom fúnebre, sentenciava: "O Governo destruiu o sistema parlamentar".

Regime pode mudar só em 89

O parlamentarismo, se vencer no plenário, não deverá ser implantado em março do próximo ano, mas somente em janeiro ou março de 1989. O período seria indispensável para a votação de leis complementares e adaptação das Constituições estaduais, pelas respectivas Assembleias Legislativas. Foi o que informou ontem, à noite, um dos coordenadores do movimento parlamentarista, depu-

tado Pimenta da Veiga (MG), ex-líder do Governo e do PMDB. O substitutivo Cabral II prevê a implantação do parlamentarismo a partir de 15 de março de 1988. Os parlamentaristas concordaram com a advertência do senador Afonso Arinos, de que sua adoção imediata representaria sua sentença de morte, inclusive pelo início da campanha eleitoral e de candidatos presidencialistas.

A corrida presidencial que é disparada agora pela aprovação — embora ainda sujeita a retificação pelo plenário da Constituinte — dos quatro anos de mandato para Sarney esfriou os ânimos dos parlamentaristas. Mas como aconteceu desde o início dos trabalhos da Constituinte, nem nesse ponto eles conseguiram unidade. Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, festejava por antecipação a vitória do parlamentarismo no plenário, com o argumento de que o Governo não terá qualquer força de pressão, depois de tantas derrotas importantes, para conquistar votos pelo presidencialismo.

Argumento parecido também é usado pelo secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz, outro parlamentarista convicto. Feliz com a vitória dos quatro anos, ele lança mão do fator psicológico para argumentar que o Governo não terá mais moral para conseguir o presidencialismo em plenário, e arremata: "Ainda mais estando em final de mandato, com tão pouco a oferecer..."

Pimenta da Veiga afirmou, também, que não será necessária a participação do presidente Sarney. "Será função da própria Constituinte em geral, e dos parlamentaristas, em particular, salvar o sistema, lutando pela sua adoção somente em janeiro ou março de 1988. Até essa data Sarney continuaria como Chefe de Estado e Chefe do Governo."

Segundo o líder do PDS na Câmara, deputado Gerson Peres, a vitória dos quatro anos na Sistematização é parte de uma bem montada estratégia para garantir a aprovação do parlamentarismo no plenário, com o aval do presidente Sarney.

As últimas esperanças de assegurar um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney dirigiram-se, a partir da noite de sábado, para o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, a quem recorreu o grupo parlamentarista defensor dos cinco anos e o próprio Sarney, que lhe telefonou várias vezes. A intenção era convencer o senador a fazer um discurso favorável aos cinco anos, nele incluindo mensagem do Presidente de que está pronto para um grande diálogo de conciliação nacional.

A estratégia custou, para Arinos, uma noite mal dormida de sábado para domingo, quando meditou sobre o que fazer, e não foi bem-sucedido: o senador, que defende os cinco anos, fez realmente um emocionado discurso, mas gravou a mensagem presidencial que lhe foi transmitida pelo telefone e leu-a somente mais tarde, já quando presidia a Mesa. Não teve, portanto, o efeito previsto pelo Governo de reverter os votos de alguns constituintes que poderiam aceitar os cinco anos em troca da negociação do parlamentarismo.

A esperança de sucesso nesta estratégia que pretendia colocar Arinos como mediador do entendimento, animava muitos dos defensores dos cinco anos ontem no início da sessão. O deputado Cid Carvalho, amigo do Presidente e parlamentarista, afirmava, antes da votação, que o placar seria "cinco anos com parlamentarismo já", explicando ter o presidente Sarney afirmado tanto para ele próprio quanto para Arinos que estava aberto à negociação do regime de Gabinete. Cid, ao lado dos deputados Israel Pinheiro (PMDB-SP), do líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, e do ministro Luiz Henrique, havia participado na noite anterior de uma reunião na casa do ministro da Previdência, Renato Archer, em que a estratégia foi discutida com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

Enquanto o plenário os ânimos se exaltavam, no decorrer da votação, do lado de fora do Congresso Nacional dezenas de famílias se espalhavam pelo gramado, sem saber ao certo o que acontecia lá dentro. "Vimos aqui para brigar por moradia", diziam alguns. "Estamos acompanhando a votação", afirmavam outros. Mas ninguém sabia dizer com certeza o que estava sendo votado.

A única afirmação unânime era a de que o ex-candidato a senador, Múcio Athayde, havia convidado a todos para ir ao Congresso Nacional. Era fácil de perceber. Desde crianças até os mais idosos levavam na cabeça o chapéu de palha, símbolo do empresário. Outro fato denunciava a sua presença: uma kombi distribuía 700 quentinhas com arroz, feijão, frango e legumes.

MARCOS HENRIQUE



A torcida pelos 4 anos predominou, vibrando a cada sim dos constituintes

Povo chegou cedo às galerias

O gramado do Congresso Nacional começou a encher logo cedo, antes mesmo de ter início a votação. As pessoas que iam chegando, logo se dirigiam à porta que dá acesso às galerias, com o objetivo de acompanhar de perto o desenrolar no plenário. Em pouco tempo formou-se um tumulto, pois todos queriam entrar e o reduzido espaço não permitia. A segurança da Casa tentou organizar, distribuindo senhas. A medida que alguém saía era permitida a entrada de outro.

Contudo, não houve incidentes graves. Apenas uma porta de vidro quebrada, sem causar ferimentos. Dentro do plenário, nas galerias, o calor era forte, mas poucos saíram com medo de perder o lugar. O importante era ficar até o último voto. Para cada constituinte que dizia o sim, ou não, ao projeto que define o mandato presidencial, havia uma reação do povo na galeria.

Valas e palmas, preocupação e expectativa. Um clima de incerteza que dominou os presentes durante toda a votação. No final, o resultado que satisfaz à

maioria dos presentes: Sarney ficará até 15 de março de 1989. Ao resultado oficial anunciado pela presidência da Mesa, ecoou das galerias o grito: "O povo unido jamais será vencido", para logo em seguida todos cantarem, de mãos dadas e para cima, o Hino Nacional. A desocupação das galerias demonstrou. As pessoas queriam se abraçar e comemorar. As palavras de ordem foram se sucedendo umas às outras: "Fora UDR", "Fora Sarney" e depois "Fora daqui, o FMI — ladrão". Algumas paródias também ganharam espaço, como "chora pelejada, pelejada chora, chora pelejada já chegou a sua hora".

Acompanhando toda essa movimentação estava Nínia, de 11 meses, "comunista militante", como fez questão de ressaltar sua mãe Julieta. No colo, a criança era envolvida em toda a confusão de gritos e bandeiras vermelhas, sem dar sinais de medo ou cansaço.

Outras crianças também ocupavam lugar na galeria, acompanhadas de perto pelos pais. Alguns idosos disputavam o es-

A aprovação da emenda do deputado Jorge Hage (PMDB-BA), pelo mandato de quatro anos, fez com que nem chegasse a ser votada a emenda preferida do presidente José Sarney, de autoria do deputado José Egreja (PTB-SP), que assegurava sua permanência no cargo até 31 de dezembro de 89 — exatamente 4 anos, 9 meses e 16 dias. Ninguém pode garantir que a inversão da ordem de votação das emendas — primeiro a de Egreja, depois a de Hage — não aumentaria as chances da proposta pela qual torcia Sarney.

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), e o líder do PFL, deputado José Lourenço (PFL-BA), estão convictos de que, neste caso, a ordem não influíu no resultado. "Eu sabia e concordei com isso. Tanto fazia a ordem", afirma Sant'Anna.

Na opinião deles, fatal para a proposta de Egreja foi a decisão do presidente da Mesa, senador Afonso Arinos, (PFL-RJ) de anular a primeira votação feita através do painel eletrônico e partir para a chamada nominal. Arinos decidiu repetir a votação depois que o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) garantiu que o seu voto sim pelos quatro anos tinha sido registrado não no painel.

"Afonso Arinos foi parcial", acusa José Lourenço. "Ele nunca poderia ter feito isso, mas fez e já é fato consumado", comenta, resignado, Sant'Anna. O responsável pela confusão, Egídio Ferreira Lima, classifica a atitude de Arinos como "um ato de decência e grandeza, porque ele acreditou em mim".

O deputado pernambucano admite que pode ter se confundido na hora de acionar os mecanismos do voto eletrônico, mas garante que pretendia realmente ter votado sim. "Estava tão certo do meu voto que nem olhei para o painel para conferir, na hora em que ele foi aceso. Quem chamou minha atenção foi o deputado Antônio Brito (PMDB-RS), que estava sentado na minha frente."

Se Brito não tivesse reparado no voto de Egídio, o resultado da votação seria diferente. Assim como poderia ser outro caso Afonso Arinos tivesse se mantido firme na decisão de não presidir a sessão deste domingo de manhã, como chegara a cogitar no início da semana passada. Neste caso, a condução dos trabalhos deveria ficar a cargo de um dos dois vice-presidentes adjuntos, Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) ou Jarbas Passarinho (PDS-PA). E ninguém garante que eles agiriam de forma idêntica a de Arinos numa questão tão subjetiva.

Em votações tensas e equilibradas como esta, o acaso costuma funcionar como um árbitro implacável. A única forma de assegurar a vitória — assegurar margem de votos favoráveis suficientes para neutralizar eventuais imprevistos — não foi alcançada pelos defensores do mandato de cinco anos na Comissão de Sistematização e dificilmente o será no plenário da Constituinte.

Segundo o líder do PDS na Câmara, deputado Gerson Peres, a vitória dos quatro anos na Sistematização é parte de uma bem montada estratégia para garantir a aprovação do parlamentarismo no plenário, com o aval do presidente Sarney.

Sarney ainda tentou diálogo

As últimas esperanças de assegurar um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney dirigiram-se, a partir da noite de sábado, para o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, a quem recorreu o grupo parlamentarista defensor dos cinco anos e o próprio Sarney, que lhe telefonou várias vezes. A intenção era convencer o senador a fazer um discurso favorável aos cinco anos, nele incluindo mensagem do Presidente de que está pronto para um grande diálogo de conciliação nacional.

A estratégia custou, para Arinos, uma noite mal dormida de sábado para domingo, quando meditou sobre o que fazer, e não foi bem-sucedido: o senador, que defende os cinco anos, fez realmente um emocionado discurso, mas gravou a mensagem presidencial que lhe foi transmitida pelo telefone e leu-a somente mais tarde, já quando presidia a Mesa. Não teve, portanto, o efeito previsto pelo Governo de reverter os votos de alguns constituintes que poderiam aceitar os cinco anos em troca da negociação do parlamentarismo.

A esperança de sucesso nesta estratégia que pretendia colocar Arinos como mediador do entendimento, animava muitos dos defensores dos cinco anos ontem no início da sessão. O deputado Cid Carvalho, amigo do Presidente e parlamentarista, afirmava, antes da votação, que o placar seria "cinco anos com parlamentarismo já", explicando ter o presidente Sarney afirmado tanto para ele próprio quanto para Arinos que estava aberto à negociação do regime de Gabinete. Cid, ao lado dos deputados Israel Pinheiro (PMDB-SP), do líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, e do ministro Luiz Henrique, havia participado na noite anterior de uma reunião na casa do ministro da Previdência, Renato Archer, em que a estratégia foi discutida com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.